

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 092

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE AGOSTO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirado por 03 sessões do Projeto de Lei nº 223/99, item 01, em 2ª Discussão, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações e aplausos ao Comando da Polícia Militar do Paraná, pela passagem de seu 145º aniversário.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o artigo 132, § 1º, III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, Requer à Mesa, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, voto de congratulações ao Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, pela comemoração, no dia 15 de agosto, dos 40 anos de fundação daquela instituição.

O Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, possui atualmente 190 (cento e noventa) alunos, ofertando vagas para alunos desde o maternal até o segundo grau.

O ILES possui ainda sala de alfabetização para adultos, além de sala de aula para atender alunos com dupla deficiência como surdez e deficiência visual ou deficiência mental leve.

A referida instituição conta com técnicos especializados em portadores de deficiência, possuindo nos respectivos quadros fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e assistentes sociais. Trinta e cinco professores especializados integram o Instituto Londrinense de Educação de Surdos, cuja dedicação pode ser observada no brilhante trabalho que desenvolvem.

Os alunos do ILES contam ainda com atendimento odontológico no gabinete dentário existente na escola, além dos serviços de um médico otorrinolaringologista uma vez por semana.

O Professor Odésio Franciscan foi o fundador, juntamente com a esposa Rosalina, do Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES). O passamento do fundador da instituição em data recente deixa saudade ao povo londrinense. Contudo, Dona Rosalina é a atual Diretora do ILES e continua o

inestimável trabalho iniciado com a companhia do esposo.

O trabalho com alunos especiais requer muito amor dos integrantes da equipe do Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, motivo pelo qual não poderíamos deixar de enaltecer a comemoração dos quarenta anos daquela escola.

Requer-se, outrossim, seja enviada correspondência ao Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, na pessoa da Diretora, Senhora Rosalina Lopes Franciscan, no seguinte endereço: T. Ugolini, nº 35, Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária de voto de congratulações às atletas londrinenses da equipe de Ginástica Rítmica que ganharam a medalha de ouro nessa modalidade esportiva nos Jogos Pan-Americanos, realizados no Canadá, na Cidade de Winnipeg.

As atletas londrinenses premiadas são: Camila Ferezin, Alessandra Ferezin e Dayane da Silva e a técnica Bárbara Lafranchi.

A equipe formada por atletas de Londrina somou 38.431 pontos, conquistando a medalha de ouro, inédita no esporte brasileiro.

A equipe de ginástica rítmica é composta por seis ginastas, sendo a técnica e as três atletas referidas acima londrinenses, além de brasiliense Flávia Faria, da capixaba Juliana Coradine e da paulista Michelli Bressanini Sauzano.

A seleção foi concentrada em Londrina, na UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, entidade que patrocinou a equipe custeando moradia, alimentação e treinamento das ginastas.

Requer-se, outrossim, sejam enviadas correspondências às atletas londrinenses, à técnica e ao Reitor da UNOPAR, transmitindo os votos de congratulações desta Assembléia Legislativa, no seguinte endereço: Rua Marcélia, 145, Alojamento GRA, Jardim Piza, CEP: 86.041-140 Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária de voto de congratulações à integrante da

equipe de voleibol que representou o Brasil, nos Jogos Pan-Americanos, a londrinense Elizângela Almeida de Oliveira, cujo time conquistou a medalha de ouro nessa categoria esportiva.

O esporte paranaense comemorou muitas medalhas nos Jogos Pan-Americanos, realizados no Canadá. Londrina participou significativamente dessas comemorações, pois londrinenses brilharam nessas conquistas, fazendo crescer as possibilidades dos nossos atletas no esporte, incentivando novas gerações.

Requer-se, outrossim, sejam enviadas correspondências aos integrantes da equipe externando os votos de congratulações desta Assembléia Legislativa no endereço: Rua Madressilva, 68 - Londrina.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária de voto de congratulações ao auxiliar técnico da equipe de basquete masculino que representou o Brasil, nos Jogos Pan-Americanos, o londrinense Ênio Vecchi, cujo time conquistou a medalha de ouro nessa categoria esportiva.

O esporte paranaense comemorou muitas medalhas nos Jogos Pan-Americanos, realizados no Canadá. Londrina participou significativamente dessas comemorações, pois londrinenses brilharam nessas conquistas, fazendo crescer as possibilidades dos nossos atletas no esporte, incentivando novas gerações.

O auxiliar técnico do time brasileiro é o treinador da equipe londrinense de basquete.

Requer-se, outrossim, seja enviada correspondência ao integrante da equipe, Senhor Ênio Vecchi, externando os votos de congratulações desta Assembléia Legislativa no endereço: Grêmio Literário Re-creativo Londrinense, Alameda Manoel Ribas, 67 - A/C Nelsinho - Departamento de Basquete, CEP: 86010-140.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia Paranaense de

Medicina (R. Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba), pela posse da sua nova Diretoria - Biênio 1999/2001, em data de 22.07.99.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Medicina, em data de 22 de julho do corrente, empossou sua nova Diretoria, que atuará durante o Biênio 1999/2000.

A Instituição, que reúne muitos dos maiores nomes do Paraná na área de saúde, tem sua nova Diretoria assim composta:

Presidente	Ac. Waldir Rupollo
Vice-Presidente	Ac. Lorete Maria da Silva Kotze
Secretário Geral	Ac. Mauri José Piazza
Secretário Adjunto	Ac. Sérgio Fonseca Tarlé
1º Tesoureiro	Ac. Ari Leon Jurkiewicz
2º Tesoureiro	Ac. Sanito W. Rocha
1º Diretor Científico	Ac. Reginaldo Werneck Lopes
2º Diretor Científico	Ac. José Fernando Macedo
Dir. de Patrimônio	Ac. Carlos Augusto Moreira

Conselho Fiscal:

Efetivos	Ac. Ary de Christian
	Ac. Lauro Grein Filho
	Ac. João Gualberto de Sá Acheffer
Suplentes	Ac. Laerte Justino de Oliveira
	Ac. Ledo de La Fayette Martins Maciel
	Ac. Calixto Antônio Hakim Neto

A todos os membros, pela posse, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC Paraná, pela comemoração de seus 52 anos, em julho de 1999.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC Paraná foi instituído no dia 07 de julho de 1947 e é ligado a Federação do Comércio do Paraná.

Como instituição autônoma, de direito privado, o SENAC é administrado pelos empresários do setor terciário da economia (Comércio e Serviços).

Hoje, o SENAC se apresenta como uma agência educacional de prestação de serviços para o desenvolvimento das pessoas, das organizações, do comércio e da cultura do trabalho.

As programações do SENAC contemplam oito diferentes e grandes áreas; Administração, Comunicação e Artes, Moda e Beleza, Saúde, Turismo e Hotelaria, Conservação e Zeladoria e Idiomas.

O Departamento Regional do Paraná conta com 18 Unidades Operacionais, 3 Unidades Especializadas em Curitiba, além de 15 empresas pedagógicas (restaurante-escola, lanchonete-escola, confeitaria-escola e instituto de beleza-escola).

Nesse 52 anos, o SENAC já formou mais de 3 milhões e 100 mil profissionais para as áreas de comércio e serviços. Atualmente, são cerca de 100 mil pessoas treinadas por ano. Oito mil alunos por mês, no Estado.

O SENAC tem mais de 350 cursos. Neste ano, o SENAC está ministrado, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, o curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios.

Pela comemoração de seus 52 anos, receba o SENAC-PR, através do Presidente da Federação do Comércio: Rubens Brustolin, Presidente do Conselho Regional do SENAC: Frederico Wiltemberg e Diretor Regional: Érico Morbis, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no art. 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária de voto de congratulações ao Iate Clube de Londrina, na pessoa do respectivo Presidente, Sr. Moacir Norberto Sgarioni, onde treinaram os atletas da equipe de canoagem, que conquistaram medalhas de prata e bronze nos Jogos Pan-Americanos, realizados no Canadá.

Enaltecemos o trabalho do Iate Clube e da equipe de atletas, pois com esforço concederam condições para o brilhante desempenho no Canadá. O investimento do Iate Clube no esporte londrinense bem demonstra o valor dos atletas que despontam na cidade.

Os atletas que competiram no Canadá são: Sebastian Cuatrin, Carlos Campos, Roger Caumo, André Caiye, Ciro Verner, Rodolfo Pedra, Paulo Cesar Santos, Eduardo Rizzi Valença, Dante Brandão, Leôncio Paiva Ariozi.

É com satisfação que o Paraná vê seus atletas conquistando o merecido lugar no mundo dos esportes, premiando a garra dos londrinenses com medalhas de ouro.

A equipe da canoagem garantiu o quinto lugar na classificação geral nos jogos Pan-Americanos.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e aplausos, ao Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Exmo. Sr. Dr. Gilberto Giacóia, pela escolha de seu nome para a Presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, cuja solenidade de posse acontece no próximo dia 23.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção urgente de um novo módulo policial na Praça General Osório, em substituição ao que foi retirado, visando propiciar mais segurança e tranquilidade aos moradores, comerciantes, profissionais e a todos os cidadãos que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Com a retirada do módulo policial da Praça General Osório, houve um aumento de assaltos aos lojistas e moradores.

Em anexo, abaixo-assinado de moradores, condôminos, comerciantes, profissionais, etc, da Praça General Osório, Boca Maldita e adjacências, solicitando a imediata construção de um novo módulo policial, visando propiciar a toda comunidade condições adequadas de segurança e tranquilidade.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente ao Sr. Cândido Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosicler Gonçalves Ramos, residente à Rua do Cedro nº 500, Parque Embú, que pede a colocação de lâmpadas nos postes existentes na rua em que reside. Afirma a Sra. Rosicler que já fez vários pedidos à essa Prefeitura, sem sucesso. Em 30/06/99 nos procurou para que fizéssemos um pedido diretamente para a COPEL diante da dificuldade que está encontrando junto à essa Prefeitura, porém a mesma nos respondeu que o sistema de iluminação pública é de competência dessa Municipalidade. Anexo seguem cópia de nosso Requerimento LCM/Al/17.844 e respectiva resposta SDDR-C6/0956/99-COPEL, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da Sra. Lurdes Terezinha Wachholz, residente à Rua Alfredo Muller nº 73, Bairro Guabirotuba, que em nome dos moradores desse bairro, pede que o asfalto da Rua Pastor Adolfo Weidmann seja refeito. Há 8 (oito) anos atrás esse asfalto foi pago pelos moradores e infelizmente apresentou problemas logo em seguida, os quais perduram até hoje. O pó é insuportável, além de outros problemas que ocorre. Trata-se de uma rua que é continuação da Av. Iraí, é trajeto da linha de ônibus, os quais já foram ameaçados de não mais trafegarem por essa rua devido aos estragos de que estão sofrendo. A população vem reivindicando há muito tempo junto à Prefeitura a reconstrução do asfalto, porém sem sucesso. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 867-2048. Toda a comunidade será beneficiada com ao atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Henrique Sutton de Souza Neves, Presidente das Telecomunicações do Paraná S/A, TELEPAR, com a solicitação de que não haja extinção dos Postos de Servidor (P.S) nas localidades do interior do Estado do Paraná, conforme justificativa, em anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Esclarecemos que existem instalados nas localidades do interior do Estado Paranaense, mais de 300 (trezentos) PS. Estes equipamentos são os únicos meios de comunicação que existem nestes Postos de saúde Municipal, portanto Sr. Presidente, antes de desativá-los é imprescindível substituí-los por outro meio de comunicação existente, como por exemplo, o telefone público.

Informamos ainda, que a substituição é de extrema importância, haja vista que há base de Distritos sem acesso, encontrando-se muito afastados das Sedes Municipais, dificultando o trabalho e até mesmo o pronto atendimento emergencial.

Tendo em vista a importância do presente requerimento, pleiteamos dos nobres Pares aval para esta proposição.

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgência na remoção de presos condenados ao sistema penitenciário, bem como que se reveja a posição de se transformar o 11º Distrito da Cidade Industrial de Curitiba em Mini-Présídio.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de urgência de transferência de presos condenados do Centro de Triagem para o sistema penitenciário vem de encontro com o grave problema que a nossa cidade está enfrentando. A população não pode mais continuar convivendo com a constante tentativa de fugas e os motins frequentes dos detidos, haja vista que o Centro de Triagem está localizado em região residencial e com um grande número de escolas.

Diariamente, moradores circulam pela área e seus filhos vão às escolas, correndo graves riscos, o que traz intranquilidade constante à população. Temos visto nos jornais que as fugas são frequentes, o que comprova a necessidade urgente da transferência dos detidos ao sistema penitenciário.

Outrossim, solicitamos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública reveja a posição de se transformar o 11º Distrito Policial da Cidade Industrial de Curitiba em mini-presídio, já que a população local tem se manifestado contra, não admitindo conviver com situações dramáticas como as já citadas acima, de fugas e motins e que vêm ocorrendo cada vez mais em nossa cidade, bem como se tem verificado em outras Capitais do país, como o caso de São Paulo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 419/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ADEFIMAR - Associação dos Deficientes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A ADEFIMAR - Associação dos Deficientes de Marechal Cândido Rondon, é entidade de caráter beneficente de Assistência Social, destinada ao atendimento e à defesa dos direitos dos portadores de deficiência, aplicando todas e quaisquer rendas ou receitas auferidas integralmente no território federal, na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, prestando assistência educacional, cultural, social e recreativa, promovendo sua integração social e profissional, encaminhando-os para uma vida melhor.

A documentação que instrui o presente plano de lei, atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria. Motivo que nos leva a solicitar apoio dos nobres Deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 420/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima, com sede e foro no Município de Nova Fátima.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima-PR, AMA, é uma sociedade civil filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede à Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 83, na Cidade de Nova Fátima.

Seus diretores não são remunerados a qualquer título e encontra-se no regular funcionamento de suas atividades voltadas a amparar a criança e a família humana necessitada residente no município, através da conjunção de esforços e valores materiais resultantes da fraternidade humana, contribuição de sócios, auxílios, doações e apoio do poder público e da iniciativa privada.

Visa, ainda, promover medidas que assegurem o ajustamento e o bem estar das crianças.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade requerente, está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 421/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruz Machado, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruz Machado, é mantenedora da Escola Especial Irmãos Solidários, fundada em 30 de março de 1995, sendo uma instituição filantrópica e gratu-

ita que se destina ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental e múltipla, a partir dos primeiros meses de vida e sem limite de idade adulta, oriundas da zona rural e urbana do município.

A escola iniciou suas atividades diretamente com seus alunos, em 28 de fevereiro de 1998. Funcionando em dois períodos numa sala cedida provisoriamente pela Prefeitura Municipal de Cruz Machado, localizada à Rua Edmundo Otto, até que consiga adquirir sede própria.

A APAE de Cruz Machado, visa proporcionar o desenvolvimento global das crianças, jovens e adultos atendidos, em seus aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, bem como contribuir para sua autonomia pessoal e social.

Contando com a simpatia e ajuda da população da cidade, bem como da Prefeitura Municipal de Cruz Machado, a APAE deste município preenche todos os requisitos necessários para ser declarada de Utilidade Pública.

Isto posto, conto com o apoio dos nobres Pares dessa Casa, para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 422/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º -A Quota Estadual do Salário Educação, de que trata o artigo 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 9.424, de 1996, será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios nos termos desta Lei.

Art. 2º - Setenta por cento do total do Salário Educação correspondente ao Estado do Paraná, será distribuído entre os Municípios e o Estado, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental.

Parágrafo Único - As matrículas dos alunos matriculados na rede de ensino fundamental do Estado e dos municípios será apurada até o mês de abril de cada ano.

Art. 3º - Trinta por cento do total do Salário Educação será administrado pelo Estado e pelos Municípios e redistribuído às redes de ensino fundamental visando a melhoria da qualidade de ensino e novos procedimentos didático-pedagógicos.

Parágrafo Único - Poderão receber recursos previstos no *caput* deste artigo as escolas que mantenham ensino fundamental, mediante proposta elaborada em projetos específicos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo os municípios têm solicitado uma melhor participação nos resultados do salário educação.

Desde 1973 o salário educação tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino fundamental, e este princípio foi recepcionado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9494/96).

Por seu turno, a Lei 9.766, de 18 de dezembro de 1998, deu novas orientações acerca da cobrança, das isenções, e também da distribuição dos recursos obtidos à título de Contribuição do "Salário Educação".

A presente lei visa de um lado atender o desejo e o direito dos Prefeitos do Paraná que mantêm certamente o maior contingente de alunos matriculados na rede de ensino fundamental, cabendo-lhes desta forma uma maior participação na distribuição dos recursos obtidos. De outro, a lei visa ser justa dando como critério de distribuição o número de alunos existentes ou matriculados nas redes de ensino fundamental do Estado e dos Municípios. Assim, o valor *per capita* afugentará desproporções e eventuais injustiças no referente a este tema.

Ademais, o projeto determina que uma parte dos recursos, trinta por cento, seja destinado a programa de compensação social e pedagógica através de projetos e administrados pelo Estado em conjunto com os Municípios.

Por sua importância, o projeto de lei certamente receberá todo apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem os professores mais os empresários que prestaram serviços ao Governo do Estado desde o final do segundo semestre do ano passado, no PROEN, estiveram fazendo uma manifestação na Secretaria de Educação. Está nas páginas dos jornais de hoje - pequenos empresários acorrentados nas pilastras do portal de entrada da Secretaria de Educação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estive lá conversando com a Associação dos Pequenos Empresários e dialogando com o diretor geral da Secretaria de Educação, Senhor Mário Lopes, e estranhamos o procedimento que teve o Governo

do Estado em relação a estes problemas vinculados a falta de pagamento no que diz respeito aos pequenos empresários do Estado do Paraná.

No mês de junho os empresários estiveram presentes aqui na Assembleia Legislativa e já desde o mês de maio tentavam uma negociação junto ao governo. O atraso no pagamento de empreiteiros, pequenos e microempresários no Estado do Paraná já alcança praticamente dez meses, quase. O Governo do Estado tinha negociado até o dia dois deste mês, com os pequenos empreiteiros, que faria o pagamento em seis parcelas de total de uma dívida de oito milhões de reais.

Então, pequenos empresários que estavam cons-truindo algumas obras de recuperação de escolas, de construção de salas de aula, de ampliações, da construção de laboratórios de informática, desde outubro e novembro do ano passado, por falta de pagamento do Governo do Estado, não puderam dar conclusão e continuidade às obras nas escolas. Alguns pequenos empresários fizeram até um endividamento, endividaram-se em bancos, colocaram o seu patrimônio, venderam carro para dar conclusão às obras. E o governo do Estado desse total de perto de 8 milhões propôs no dia 2 de agosto, numa negociação no Palácio Iguaçu, com a presença do Secretário da Casa Civil, o Senhor Pretextato Tabora Ribas e o Diretor Geral da Secretaria de Educação, Dr. Mário, concordaram em fazer o pagamento em seis parcelas de um milhão de reais.

Ora, os pequenos empresários argüíram naquela oportunidade que mesmo assim a situação ficaria muito difícil porque teriam que aguardar seis meses para receber a totalidade de cada empresa, a totalidade daquilo que tinham para receber e que tinham alguns pequenos empresários que estavam com a situação absolutamente difícil de sustentar.

Foi quando nesta reunião na Casa Civil a associação dos pequenos empreiteiros propôs que a primeira parcela desses um milhão de reais fosse destinado àqueles empresários que estavam numa situação de absoluta inadimplência e numa situação absolutamente, do ponto de vista da saúde da sua empresa, falimentar. Então, foi tirada uma proposta de que aqueles que estivessem numa situação de emergência seriam os primeiros a receber. A associação ficou encarregada de fazer uma listagem dos pequenos empresários que teriam as maiores dificuldades. Segundo os próprios empreiteiros e dirigentes da associação, há um total de perto de 230 pequenos empresários que estão recebendo em atraso, quer dizer, não estão quitados nas obras do PROEN o Governo contratou, empenhou, contratou e não pagou as obras; quer dizer, o Governo rompeu todo o pacto estabelecido, aliás, cometeu crime, que pela legislação, pela Lei nº 866 se o

estado contratar e empenhar sem verbas previsíveis para o pagamento, o Estado incorre em crime. Então, desde outubro, novembro do ano passado o pacto maior com as empreiteiras, com os empresários na construção de escolas foi rompido pelo Governo do Estado do Paraná. Essa situação se agrava muito porque aqueles empresários, micro e pequenos empresários, que não puderam concluir as obras, mesmo não recebendo, que tiveram algum pedaço de obra que não foi pago durante a medição e que não concluíram a totalidade da obra, o DECOM inabilitou todos esses pequenos empresários a não estarem aptos para qualquer licitação no Estado do Paraná.

Quer dizer, o Estado além de não pagar, o Estado puniu os pequenos empresários no Estado do Paraná. Nesse sentido alguma coisa estranha aconteceu porque o governo disse que não tem verba, é verdade, nós sabemos que o governo está completamente falido hoje. No lugar de um milhão ontem e antes de ontem, a Secretaria de Educação teve a surpresa de ter recebido três milhões de reais. A Associação dos Pequenos Empreiteiros listou os vinte e três pequenos empresários naquela situação de absoluta dificuldade, os vinte e três que dá o total de quarenta e cinco obras, os colégios espalhados no interior do Estado, e escolas também aqui em Curitiba e Região Metropolitana. Pois bem, essas quarenta e cinco escolas e essas vinte e três empresas somam um total de novecentos e sessenta mil reais, esta lista foi apresentada para o chefe da Casa Civil, para o diretor da Secretaria de Educação, e na última reunião que fizeram estava acertado que a primeira parcela então seria para, emergencialmente, suprir essas necessidades dessas escolas e dessas empresas. Para a surpresa de todos o Governo não conseguiu um milhão, o Governo conseguiu três milhões.

E, pasmem os Senhores Deputados, os novecentos e sessenta mil reais, anteriormente acordado, queriam receber porque se tratava de emergência, dois três milhões recebidos pela Secretaria de Educação, e pagos ontem, apenas cento e trinta mil reais foram destinados para os vinte e três empreiteiros que estão numa situação de absoluta falência, alguns deles chegando ao desespero de se expor publicamente, de entrar em conflito com o Estado por que depende dessa relação com o Estado; são pequenas empresas que dependem do processo de licitação de várias obras, trabalham para o Governo do Estado há dez anos, quinze anos, e chegam numa situação como esta, absolutamente de desespero.

Então, só posso entender que houve um único critério, de três milhões de reais o governo voltará atrás, não aceitar aquilo que tinha concordado de pagar emergencialmente novecentos e sessenta para

as vinte e três empresas, e além disso destinar apenas cento e trinta mil reais. Não há lógica que possa fazer entender qual foi o procedimento da Secretaria. Não há discurso de habilitação, não há discurso de Tribunal de Contas, não há discurso de contratação, não há o que justifique porque quem rompeu o pacto com a sociedade, com a iniciativa privada desde novembro, outubro do ano passado, foi o Estado do Paraná, foi o Governo do Estado.

Então, todos os critérios devem ser submetidos a essa ruptura de pacto, e se tem alguns empresários que foram levados à falência e à situação de desespero, acho que é lógico que o Estado tenha sensibilidade de socorrê-los em primeiro lugar. É lógico que todos estão em situação difícil porque quem trabalha, quem alocou recursos e não recebe a oito, nove meses, todos esses pequenos empresários estão em situação de dificuldades. Mas entre esses, talvez como a associação nos demonstra, há aqueles empresários que têm uma dificuldade muito maior do que talvez uma grande parte deles.

Parece-me que a Secretaria de Educação tenha resolvido romper um acordo que o Governo do Estado fez na pessoa do Chefe da Casa Civil e o Diretor da Secretaria de Educação, mas ter feito na realidade uma punição aos pequenos empreiteiros, que de certa maneira desvelaram uma situação no Estado do Paraná, que não paga pequenos e micro empresários, expondo a uma situação vexamosa o Governo do Estado, que não tem recursos sequer para cobrir as contas da ordem de quinze mil a vinte mil reais, em relação aos serviços prestados pela sociedade ao governo.

Acho que é mais uma caracterização da insensibilidade e da falta de clareza por parte do governo, em relação aos seus políticos.

Outro assunto, Senhor Presidente, que me traz a essa tribuna, diz respeito a uma situação, que tenho acompanhado pela imprensa e pelos bastidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Na realidade quero fazer um questionamento ao Líder do governo, Deputado Valdir Rossoni, porque hoje está na Folha do Paraná: "Grupo quer minar Taborda". E tem uma matéria a respeito de um tal grupo de 21 deputados. Ouvi falar que tem grupo de 14 deputados também. São deputados que estão negociando com o Governador do Estado - não sabemos o quê. São deputados que estão exigindo a demissão do Chefe da Casa Civil. E essa discussão não é trazida para o conjunto da Assembléia Legislativa, com uma maior clareza, pelos Senhores Deputados. Dizem as informações que correm no meio dos parlamentares nos corredores da Assembléia e pela imprensa, que são deputados da base do governo - que têm ido ao Governador e em reuniões com autoridades, reivindicar soluções, para algu-

mas questões emergenciais do governo do Estado do Paraná.

Só quero manifestar a minha opinião: o nosso partido sempre teve a tranquilidade de demonstrar publicamente quais são as nossas opiniões e posições a respeito desses ou daquele aspecto da vida pública e da sociedade no Estado do Paraná. Acho que manter um caminho de pressão, para que algumas reivindicações sejam atendidas, sejam elas as mais justas, mas do ponto de vista sem transparência, ainda mais se tratando de um grupo de parlamentares. Porque essa discussão que um grupo de parlamentares está fazendo junto ao governo, interessa para o conjunto da Assembléia Legislativa, para o Estado do Paraná. É melhor que esse grupo que existe - não sou contra a sua existência -, a minha opinião é que esse grupo tenha uma cara, uma personalidade, que apareça na tribuna da Assembléia Legislativa e deixe público aquilo que está tratando junto ao governador do Estado, quais são as reivindicações que eles pretendem, quais são os convênios que não estão sendo pagos; quais são os problemas que estão sendo agravados nas finanças do governo do Estado do Paraná. É a condição da insatisfação da Casa Civil, do Taborda. É a insatisfação com o Giovani Gionédís, na conduta da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Enfim, esse debate tem que ser público, não pode ser um debate a portas fechadas.

O apelo que a oposição vem fazer é que esse debate seja na Assembléia Legislativa, com o Governo do Estado do Paraná, com a Liderança do governo. Até agora a oposição se relacionou, mesmo nas divergências de pontos de vista, de princípio, acordo da Renault - algo que foi feito às escondidas no conjunto da população o debate foi um debate, onde a Assembléia Legislativa foi o palco. Estamos vendo que há um grupo de deputados que se intitulam deputados que dão apoio ao Governo do Paraná, mas transgride, age de uma forma acobertada. Não sei a quem me dirigir e a quem conversar. Quero saber quais são as reivindicações que o grupo dos 21 está fazendo ao Governador do Estado para melhorar as condições financeiras de atendimento, programas de saúde, programas de educação, programas a micro e pequenas empresas no Governo do Estado. A oposição quer debater isso e talvez se for o consenso, engrossar a linha política do grupo de 21, que talvez não seja dos 21, pode transformar numa bandeira do conjunto da Assembléia Legislativa.

Então não vejo, o porquê desse manto que acoberta e que faz com que essa prática comece a ser estabelecida aqui na Assembléia. Estou ouvindo falar em grupo de 14, grupo de 21, quero dizer que isso não contribui para a democratização e transparência do processo legislativo na nossa Casa. nunca

aconteceu esse tipo de procedimento, a não ser em questões muito pontuais, como questões de disputas eleitorais, etc, mas, no transcorrer do cotidiano da administração do Estado do Paraná, do Governo e nas questões aqui do Poder Legislativo e Poder judiciário, ou revelamos quem são o grupo dos 21 e quais são as suas reivindicações. O que queremos é aquilo que seja dito aqui sejam posições políticas, sejam visões coerentes de parlamentares, de partidos políticos, visões programáticas, isto é, aquilo que se diga através desse microfone, que sejam minimamente expressão de uma certa verdade de cada um de nós, de algum programa político que cada um de nós abraça. Que não seja apenas a mímica da representação política para que a sociedade possa ter uma visão deturpada, uma visão da imagem da imagem deturpada daquilo que talvez a gente tenha.

Então para que não se incorra a isso, para que esse tipo de prática não comece, pois estou vendo muita coisa surgir por trás desse grupo 21, dilações e dilações, daqui a pouco isso está nas páginas de jornais, nos rádios, está na televisão. Isso na realidade fere a imagem do Poder Legislativo, do ponto de vista de que é a instituição mais transparente para a sociedade. Sei que o Poder Legislativo no Brasil ainda é uma caixa preta. Não conseguimos estabelecer uma relação dinâmica com o conjunto da sociedade civil do nosso País. Mas de todas as instituições, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, as instituições da República, aquelas que concentram a maior vontade de garantir a democracia no nosso País. E aquela que a sociedade consegue ter a maior transparência é o Poder Legislativo.

Então o grupo dos 21 ou dos 14, dos 30 ou o grupo dos 7, que não tiverem uma relação direta com a sociedade, que não tiver uma clareza cm as suas posições, que não possa publicizá-las começa a permitir que suspeitas lancem mão desse agrupamento de Deputados sobre as suas intenções. Não talvez pela verdade das suas reais intenções.

O Sr. Valdir Rossoni

Vejo a sua preocupação com o grupo dos 21, dos 14, dos 12, dos 13, talvez dos 11, não vejo sentido na sua preocupação. Não quero aqui de forma nenhuma fazer a defesa de grupos. Quero dizer que a Liderança do Governo tem uma posição clara e isso foi declarações nossas nos meios de comunicação. Não reconhecemos grupo de 21, de 12, 13, 14, 15, apesar de não dever satisfação a Vossa Excelência quanto à ação da Liderança do Governo, quanto à manobra que fazemos na base de sustentação ao Governo, como estamos tendo atitudes legítimas, claras e transparentes, lhe dou as explicações porque não vejo porque escondê-las. O que fizemos como líder do Governo, foi reunir todos os líderes

de partidos aliados, são nove partidos, onde todos os líderes me acompanharam numa reunião com o Governador Jaime Lerner. Levamos ao Governador Jaime Lerner preocupações da bancada de sustentação do Governo.

Não vejo clareza no seu pronunciamento quando se refere a grupos isolados. Vossa Excelência diz que isso nunca aconteceu nesta Casa. Isso não é verdadeiro. Aqui sempre existiu diversos grupos. Cada um representando uma questão ou um problema. Hoje existe dentro do seu próprio partido o PT, divergência dentro do próprio grupo. Agora não vá querer aqui ditar normas à Bancada do Governo.

Gostaria que Vossa Excelência se preocupasse mais com a Bancada de Oposição, para que pudéssemos travar aqui debates para contribuir com a sociedade paranaense. Não se preocupe, porque a Liderança do Governo não reconhece grupo de 21, de 12, de 13, nem o Chefe da Casa Civil e nem o Governador Jaime Lerner. Quero dizer que o Chefe da Casa Civil continua tendo apoio da Liderança do Governo para a sua permanência na Casa Civil.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Valdir Rossoni, tem um Secretário do Estado, está nos jornais, que está sendo pedida a sua demissão e estão falando nos jornais de grupo de 21. É matéria dos jornais nos últimos quatro e cinco dias. E quero saber do Senhor Líder do Governo, que é o Líder maior do Governo. Vou dizer o porquê da minha preocupação com o grupo dos 21.

Quando as coisas são claras, debatemos aqui. Se a Bancada do Governo, o grupo dos 21 tem uma reivindicação, ou acha que o processo que o governo está fazendo em relação a várias políticas, como tenho visto e vi. Existem algumas questões reivindicadas pelo grupo de 21 ao Governador Jaime Lerner e essas questões devem ser debatidas nesta Casa também. Por isso que estou provocando. Esse assunto interessa ao grupo da Assembléia e não apenas ao grupo dos 21. A questão da privatização da COPEL não é interesse de abrir essa discussão apenas com este ou aquele Deputado. Esse interesse é relativo ao conjunto da Assembléia do Estado do Paraná. E sei que tem Deputados que são contrários ao modelo de privatização o qual o Governo está pensando com relação à COPEL. E estão dentro daquele grupo dos 21. Por isso que o cenário para ela e de algumas outras é aqui na Assembléia e não às portas fechadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PPB - Concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, hoje voltamos à tribuna para anunciar, como é de conhecimento de todos, a vinda do Ministro da Reforma Agrária que estará aqui amanhã às 11 horas, no Palácio, recebendo as lideranças e sendo recebido pelo nosso governador e lideranças ligadas às questões da terra, para que possamos caminhar no sentido de acelerarmos a política dos assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Paraná.

O Ministro vai assinar um convênio com o Fundo de Terras e Reforma Agrária, com o Banco da Terra, mais precisamente isso, mas para que possamos ter um encontro promissor, gostaria de avivar as memórias dos paranaenses, quanto à atual situação da Reforma Agrária e dos assentamentos.

Recebemos há pouco um fax assinado pela Superintendência Regional do INCRA, Dra. Maria Rosalina Arengue e no qual nos posiciona o seguinte, aliás, um detalhe, a este relatório, vou acrescentar um mais recente, de novas invasões de terra. Então, segundo os dados do INCRA, que infelizmente não estão atualizados e aqui em faço um apelo de que enquanto tivermos um INCRA anacrônico, não teremos uma Reforma Agrária que se processe com a rapidez que a sociedade exige. O INCRA precisa se profissionalizar, se modernizar, precisa ter um banco de dados referentes às situações que afligem todos os problemas ligados à Reforma Agrária no Paraná. É uma dificuldade grande obtermos dados atuariais com relação à questão de Reforma Agrária: fazendas que foram ocupadas, desocupadas, número de famílias que estão assentadas, a produção de cada propriedade, a quantidade de recursos que estamos precisando para podermos fazer os assentamentos.

Enfim, o INCRA precisa, a exemplo de outras instituições da empresa privada, digamos assim, se modernizar e falar a nova linguagem do 3º Milênio, porque sem um INCRA moderno não vamos ter um norte verdadeiro para podermos acelerar o processo da Reforma Agrária.

O INCRA me forneceu há pouco: são 104 fazendas ocupadas, num total de 102594 hectares. Total de famílias 6.435. Dessas, 25 áreas improdutivas ocupadas, com mandado de reintegração de posse, porque se tem mandado de reintegração de posse, a propriedade é produtiva, porque senão, não sairia o mandado, sendo 38037 hectares e 2071 famílias ocupando essas propriedades. Nove áreas produtivas com mandado de reintegração de posse, sendo 7 mil hectares e mais 1139 famílias. Somado a isso, temos um relatório apresentado pelo Conselho Estadual do Proprietário Rural do Paraná, o qual

temos a honra de presidir, juntamente com o nosso companheiro Accorsi e esse levantamento registra mais invasões: Cidade de Lindoeste, 31 famílias; Fazenda Santa Luzia mais 50 famílias; Cidade Lindoeste, Fazenda Santa Izabel, 50 famílias; Cidade de Conselheiro Mairink, Fazenda Santa Terezinha, com 70 famílias. Cidade de Quedas do Iguaçu, 1200 famílias. Cidade de Congoinhas, Fazenda Santa Terezinha, e São Miguel do Iguaçu (um revesamento de ocupações) e mais a Fazenda Corumbataí.

Muito bem, essas são as novas fazendas ocupadas.

Vejam Senhores Deputados, estamos andando para trás com relação à Reforma Agrária do Paraná e amanhã será um dia importante para nós, conversarmos com o Ministro da Reforma Agrária para ver o que é possível fazer. Já foi firmado um convênio, a Reforma Agrária foi estadualizada, já temos, no INCRA, uma pessoa ligada ao Governador que era quem apresentava a logística fundiária no Paraná para o Governador, Senhor José Carlos Vieira, que passou a responder pelo INCRA e estamos em estaca zero ou menos zero porque mais fazendas foram invadidas, mandados de reintegração deixaram de ser cumpridos, as fazendas produtivas continuam ocupadas, sendo saqueadas, depredadas, os proprietários legítimos que têm o domínio, não têm mais a posse e o drama continua.

Faço um apelo para o comparecimento maciço de toda a nossa Assembléia, de todos os nossos 54 Deputados para falarmos de frente com o nosso Ministro, para vermos como proceder às desapropriações, recursos destinados ao Paraná, quanto vai destinar para que possamos avançar nesse processo. Vamos discutir e temos certeza que o Ministro vai ficar chocado ao chegar aqui e ver diante do Palácio Iguaçu, esse assentamento no nosso Centro Cívico, uma vergonha para todos nós, porque há momentos que sentimos que existe uma preguiça das nossas autoridades porque não se pode permitir há mais de dois meses, famílias ocupando esse espaço que é do povo. A opinião pública revoltada, na expectativa de que algo aconteça e o tempo vai passando e vai se ampliando a fixação dessas famílias.

Hoje pela manhã eu estava vendo verdadeiros marmanjões tomando sol pela manhã, na frente das cabanas, com padaria funcionando, com estabelecimento comercial funcionando ali. Ora, senhores, onde vamos parar? E as nossas autoridades, e o nosso prefeito municipal? Precisamos exigir das autoridades, que cumpram com os seus deveres e façam que a lei prevaleça. Quem gosta da terra é na roça, não ficar fazendo pose numa quarta-feira "braba", recebendo do Governo, cesta básica, água, luz, tudo de graça!

Vamos mostrar isso ao Senhor Ministro, porque não é possível nós aqui, de frente para o crime, ficarmos vendo as autoridades sendo desafiadas e nós, Deputados, fechando os olhos diante dessa realidade que está repugnando toda a sociedade paranaense, mais precisamente a sociedade de Curitiba, uma sociedade organizada, que mantém a cidade limpa, que faz propaganda de trânsito, de primeiro mundo e vemos essas invasões aqui na nossa frente.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Há poucos dias eu estive no INCRA falando com o Superintendente, o sentido de a gente, efetivamente, o Estado do Paraná cumprir os vários protocolos firmados com o Movimento Sem-terra, que queira ou não queira o Governo do Estado, o Movimento Sem-Terra sem sua liderança publicamente reconhecida com a instituição jurídica chamada ANCA e tem vários protocolos assinados em PMs de convênio com a Educação, que não estão repassando os recursos. Hoje pela manhã, na Comissão de Educação, o próprio setor educacional do MST colocou isso. O serviço de assistência técnica que já faz 12 anos, que é conveniado com o sem-terra o governo atual interrompeu. Neste convênio da estadualização veio 25 milhões, para o Governo Jaime Lerner. E nós não sabemos, o que ele fez com esses 25 milhões. Pagou os proprietários desapropriados? Distribuiu os recursos para os assentamentos, para as escolas? A informação que temos é que, numa jogada contábil, pegou os 25 milhões que recebeu e colocou para pagar salário de funcionários públicos e, a conta-gotas vai dando aos processos de reassentamento populacional.

Agora, o nós não queremos é reacender o clima muito ruim que teve na Assembléia, há um tempo atrás e, que alguns deputados pediram que eu, inclusive, participasse do processo de distenção.

Sabemos que os sem-terras estão na praça, estão ordeiramente organizados e, o Ministro só está vindo para o Paraná, porque eles estão acampados aí. Só por causa disso.

Então efetivamente os sem-terras sabem o que estão fazendo, ninguém pode imaginar que eles não tenham a força que têm, conseguem mobilizar a população. a cena está ruim? Eu concordo que a cena não esta boa, gostaria que fosse tomada de flores, verdes amarelas, azuis e brancas, que não tivesse isso tudo, mas que essas flores também, não tivesse só aqui nesta praça, porque nós não podemos esconder a sujeira debaixo dos tapetes. Nós teríamos de ter essas flores no campo também.

Então o Ministro vem aí, tomara que não só para continuar esse prazo, mas para arranjar uma

solução, que eles saiam daqui, com o dinheiro e com todos os protocolos assinados de acordos já feitos, completamente assumidos pelo Governo do Estado, perante o Ministro. Porque é por isso que o Ministro vem aqui. Cobrar também os 25 milhões do Governo do Estado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Não tenho poderes para defender o governo, mas os 25 milhões, pelo que me consta, o dinheiro da Reforma Agrária, veio em Título de Dívida Agrária, IPVA e não em moeda corrente. Com o IPVA não se paga folha de pagamento, salvo engano.

Então eu peço a todos os companheiros, inclusive, os que defendem o movimento que para mim é justo, também. Mas, desculpe, não considero que seja ordeiro, porque quem está praticando um ato de ilegalidade não pode ser ordeiro. Não existe ordem no caos. Isso aqui é um verdadeiro caos!

Agradeço a atenção dos companheiros, e faço um apelo: vamos amanhã falar com o Ministro da Reforma Agrária, precisamos avançar nessa reforma agrária, de uma forma pacífica e deixar o nosso trabalhador paranaense continuar respondendo pelo 25% da produção nacional. Um Paraná moderno, onde impere a lei, a ordem, a paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente e senhores Deputados, venho à tribuna, primeiro para dizer que hoje pela manhã nós fizemos, com a presidência do Deputado Irineu Colombo, mais uma reunião da Comissão da Assembléia Legislativa, onde tratamos de vários assuntos, relatando projetos para que tenha encaminhamento normal nesta Casa, que venham para o Plenário para as votações. Conhecemos também um pouco da realidade do interior no que diz respeito às ONG's que trabalham na área de educação com as casas rurais, enfim assuntos que enriqueceram mais ainda o trabalho que é feito pelas Organizações não Governamentais e que são, sem dúvida alguma, grandes parceiros do Poder Público.

Também participamos pela manhã da reunião realizada pela Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio que debateu as questões das barreiras que tem nos colocado o governo de São Paulo, o Governador Mário Covas, a questão do Simples, graças a Deus já resolvida, mais cujo debate não perdeu sua finalidade, aliás, na Sessão de ontem deveríamos utilizar o Grande Expediente para isso, mas entendemos que era importante colocarmos aquele debate. Com o debate da Comissão de Agricultura,

Indústria e Comércio, no dia de hoje, o que aconteceu com a presença de micro e pequenos empresários, de industriais que participaram do debate e daqui a pouco o Deputado Edgar Bueno fará um relatório.

Isto para provar, Senhor Presidente, que a Assembléia não vive apenas do Plenário que é o espaço político, o espaço do contraditório, mas vive, acima de tudo, do trabalho realizado pelas suas Comissões Internas.

Venho também à tribuna para chamar a atenção, especialmente dos Senhores Parlamentares que têm seus redutos eleitorais na Capital do Estado.

Curitiba está vivendo, nestes últimos dias, um clima de intranquilidade, de insegurança total, em consequência das penitenciárias estarem completamente lotadas. Não há mais espaço para presidiários já condenados e distritos Policiais são transformados, como as Delegacias Especializadas, em mini-presídios. E, a todo dia, lamentavelmente, ocorrem fugas destes locais. Para que se tenha um idéia, no 9º Distrito Policial, ou seja, no serviço de triagem que fica na Vila Izabel, em apenas dois dias quase trinta presos se evadiram. As cadeias são verdadeiras cascas de ovo e não têm a mínima segurança para manter ali dentro presos condenados de alta periculosidade e coloca-se, em consequência disso, a população sob risco.

Ainda ontem o Deputado Ademir Bier dava entrada nesta Casa de um requerimento pedindo urgentes providências. Estas mesmas urgentes providências temos tomado através do microfone da nossa emissora e tenho certeza que os Deputados Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, nós que fazemos parte dos Parlamentares que são antes radialistas e depois Parlamentares, também têm tocado neste assunto.

E, é o momento de nos unirmos na defesa da cidade de Curitiba. Não é possível o Estado construir ao lado da Penitenciária Central em Piraquara uma nova penitenciária ainda não inaugurada, construiu a Penitenciária Industrial de Guarapuava ainda não inaugurada, constrói uma Penitenciária em Campo Mourão, em Foz do Iguaçu, em Londrina também ainda não utilizadas e enquanto isso os Distritos Policiais de Curitiba estão superlotados.

É preciso mais do que nunca urgência na ação da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria da Justiça. Já disse eu, de antemão, ao Secretário da Justiça e ao Secretário de Segurança Pública: Se quiserem comprar uma briga em defesa da cidade já estão comprando comigo. Espero que os demais Parlamentares que são comunicadores também ergam esta bandeira.

Há uma proposta de transformar alguns Distritos como Centro de Triagem e o 11º Distrito na

Cidade Industrial em mini presídios e vamos passar a assistir aqui em Curitiba o que se vê na capital paulista, os motins, as tentativas de fuga, reféns, seqüestros, reféns de funcionários, pegando fogo e tudo o mais e a população em polvorosa e isto nós não vamos permitir.

E faço este alerta neste momento, já estou dando entrada num requerimento a Casa e peço ao Deputado Valdir Rossoni, líder do governo, nos líder nesta Casa que leva o comunicado ao Secretário de Segurança Pública, se querem mais um assunto para a Oposição tripudiar em cima, passem a transformar distritos policiais em cadeias públicas, porque aí as fugas vão acontecer, os seqüestros vão voltar a acontecer e a Oposição começa a usar como bandeira também a questão da segurança pública.

Este é o recado que eu deixo aqui e tenho certeza que Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni, vai levar este comunicado para que urgentemente se resolva o problema da penitenciária de Piraquara, da penitenciária industrial de Guaraçuva, do cadeia de Londrina, para que a gente possa descentralizar os presos. Quem é do interior que volte para o interior, quem é preso condenado de Curitiba fica aqui.

É uma maneira mais fácil até de colocá-lo de volta à sociedade quando ele está mais próximo da sua família. Não tirá-lo do interior e trazer para cá.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite um aparte, Deputado? **Assentimento.**

Deputado Algaci Tulio, certamente recebo a sua recomendação para levar esta preocupação ao secretário de Segurança e levarei e gostaria se Vossa Excelência me permitir abusar da sua paciência e também tenho certeza que Vossa Excelência vai entender, gostaria que Vossa Excelência se dirigisse também ao Secretário de Segurança porque é uma área que Vossa Excelência atua, trabalha, Vossa Excelência certamente fará este relato ao Secretário de Segurança com muito mais competência do que o Deputado Rossoni.

Então, também devolvo, da mesma forma que Vossa Excelência fez um pedido a Vossa Excelência que transmita a sua preocupação porque tenho certeza que Vossa Excelência terá condições de fazer o melhor relato de toda esta situação. Espero ser compreendido por Vossa Excelência.

O Sr. Ricardo Chab

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero só elogiar a sua atitude com relação à preocupação da Vila Izabel. E apenas para acrescentar no depoimento que foram 36 presos que fugiram em menos de 24 horas. E mais amanhã à noite hav-

erá uma grande reunião na igreja da Vila Izabel, com todos os moradores da Vila Izabel, Portão, Santa Quitéria, inclusive com o padre, enfim, com todas as pessoas da comunidade, preocupadas com relação às constantes fugas. E isto também, Deputado, que está acontecendo na Vila Izabel, passa a acontecer também no bairro do Parolin, em que pese que no parolin não tem presídio, mas é que no Parolin os bandidos estão soltos e a polícia cumprimenta bandido.

Então, a coisa é muito séria. São dois bairros hoje que as pessoas estão vivendo aflitas. Uma no Parolin, porque os marginais estão soltos e a outra na Vila Izabel, porque os marginais estão presos e podem fugir.

O SR. ALGACI TULIO

E para completar mais ainda a gente até não pode falar muito isto, mas a polícia está acolhendo bandido hoje para prender. Está escolhendo bandido para prender, por que se ela for cumprir todos os mandados judiciais não teria espaço em nenhum lugar e teria que contratar o estádio Belfort Duarte, alugar a arena do Atlético, Pinheirão de tanto preso que tem.

Então, hoje a polícia está se limitando a escolher gente para prender para que não traga muito problema, para que não fique muito tempo nas dependências do Distrito Policial.

O Sr. Ricardo Chab

Só para concluir o meu aparte, Deputado.

Gostaria de acrescentar também com relação à preocupação dos comerciantes e moradores da Praça Osório. Destruíram o módulo da Praça Osório.

Estou encaminhando para o Secretário de Segurança um abaixo-assinado com quase cinco mil assinaturas de pessoas que transitam e moram nas imediações e são comerciantes da Praça Osório.

Para a praça ficar mais bonita tiraram a polícia, imaginem vocês. Esta é a explicação que me foi dada.

Então coloco aqui também esta preocupação ao Secretário de Segurança.

Muito obrigado.

O Sr. Tiago Amorim

Permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas acompanhando este raciocínio, caro Deputado, quero dizer que a sua preocupação é a nossa, na região Oeste do Paraná e para se ter uma idéia na região de Santa Helena, a Delegacia foi interditada por falta de condições diante de algumas fugas que aconteceram em Cascavel existe a

superlotação, capacidade para 120 detentos e hoje tem aproximadamente 300 detentos.

Mas queremos salientar também que em Cascavel está sendo construída a penitenciária industrial que vai desafogar com certeza essa questão que hoje é delicada, o senhor colocou muito bem, meu caro Deputado, fazendo com que os presos de suas regiões voltem para as suas cidades de origem. Eu acredito que Cascavel terá essa facilidade uma vez que será construída essa penitenciária industrial na nossa região Oeste do Paraná.

Mas quero aqui fazer um pedido Deputado Algaci Túlio, e nós que fazemos parte da Comissão de Segurança Pública, se for possível, nós Deputados dessa comissão poderíamos ir todos até o Secretário de Segurança Pública fazer um apelo a ele, demonstrando a sensibilidade que nós temos porque estamos vivendo a realidade no dia a dia, nós que somos radialistas e que conhecemos dessa realidade lamentável. Então, fica essa proposta para que nós possamos ir pessoalmente numa data específica a ser determinada pelos nobres companheiros pra que possamos também fazer uma cobrança de nossas regiões, regiões Oeste e Noroeste e assim por diante.

Muito obrigado.

O Sr. Ricardo Chab

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Obrigado Deputado Algaci Túlio. É para avisar o Deputado Tiago Amorim que podemos, através da Comissão de Segurança Pública, convocar o Secretário para vir na Comissão, não irmos lá. Acho que isso é uma prerrogativa nossa e é uma obrigação nossa, então eu, como Presidente da Comissão de Segurança, vou mandar bater um requerimento pedindo a solicitação, a presença do Secretário na Comissão para conversar com todos os membros da Comissão, e vamos expor a questão da Vila Izabel, a questão da Praça Osório, a questão do bairro Parolin e tantas outras questões. Acho que vale a pena uma discussão na Comissão.

Então, já peço para passar um requerimento para que os demais membros da Comissão, o Deputado Alborghetti, que é vice-Presidente; o Deputado Tiago; o Deputado Algaci Túlio; enfim, os membros da Comissão de Segurança.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, Deputado Ricardo Chab.

Com isso desincumbimos o nosso Líder do Governo, até por ter dado a condição de ocuparmos o espaço. Ficamos nós, então, encarregados do contato com o Secretário da Segurança Pública.

Queria também aproveitar, Senhor Presidente, para fazer um comunicado que, amanhã às vinte horas, no Memorial de Curitiba, teremos o lançamento do livro "Anita Garibaldi - Uma Heroína Brasileira", uma obra de Paulo Barkun, e que conta a história dessa mulher, dessa valorosa mulher catarinense. Como Curitiba tem um grande contingente de Catarinense, e aqui na Assembléia também, quem sabe, alguns Parlamentares tenham origem no Estado de Santa Catarina, fica o convite para todos, amanhã, às vinte horas no Memorial da cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Horário das Lideranças, PDT com a palavra.

Com a palavra, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhores Deputados. Tivemos hoje uma reunião importante, com a presença de associações comerciais, sindicatos da área empresarial, micro-empresas, sindicatos da micro-empresa e sindicatos dos contabilistas do Paraná, que discutiram hoje no plenarinho - com a presença de treze Deputados, também a presença do Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa - o Projeto de Lei 373/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que limitava as compras das empresas inseridas no sistema "Simples", em 20%, e isso em resposta à retaliação sofrida pelo Paraná, pelo Governo do Estado de São Paulo. Presença maciça de Deputados e de representantes de micro-empresas.

Discutimos essa questão hoje e quero agradecer aqui a sensibilidade do Deputado Anibal Khury, que determinou a paralisação desse projeto, até que o Estado de São Paulo resolva a sua questão.

O Governador Mário Covas mandou uma medida à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para que fosse retirado esse projeto. Vamos aguardar para que a Assembléia de São Paulo aprove o pedido e a solicitação do Governador Mário Covas, para que o Paraná então, possa engavetar definitivamente, tirar o projeto que limita o sistema "Simples", em 20%.

Hoje, além da discussão da retirada desse projeto, também alavancamos alguns itens importantes, para que uma comissão de Deputados, junto com as representatividades empresariais, possam elencar e estudar, para apresentar na Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado e aos empresários, como uma das soluções que foram alavancadas nas discussões, hoje, pela manhã, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio. Entre elas discutimos um pedido que faremos, para a prorrogação da obrigatoriedade das empresas que

têm no Paraná, em colocar as máquinas de emissão de cupom fiscal. O prazo já venceu - as empresas continuam descapitalizadas. Queremos que o Governo possa prorrogar esse prazo, para que as empresas não passem maiores dificuldades, ao adotarem a máquina da emissão do cupom fiscal.

Também estamos solicitando ao Governo do Estado do Paraná a equiparação do "Simples" estadual com o "Simples" federal. O "Simples" estadual gera em torno de 760 mil reais/ano e o limite do "Simples" federal é de um milhão e duzentos mil reais. Vamos pedir a equiparação.

Vamos fazer um estudo com referência ao crédito e débito de ICMS. Atacadistas do Estado do Paraná, que pagam 17%, que têm um crédito de 12%, têm um diferencial no seu custo e sofre uma concorrência desleal e desigual do Estado de Santa Catarina, que equiparou a alíquota do ICMS em 12% para compra e 12% para venda. Isso dá um diferencial de custo em torno de 5% a 6%, que os atacadistas do Estado do Paraná pagam e tem custo a mais para revender os seus produtos e, por isso, eles têm grandes dificuldades. Vamos fazer um estudo geral de débito e crédito do ICMS.

Estamos pedindo ao Governo central e estadual, que disponibilizem crédito para capital de giro, para a pequena e microempresa. Vamos pedir à Bancada do Paraná, dos Deputados Federais, que agilizem a reforma tributária, com a diminuição de despesas.

Essas questões foram discutidas, hoje pela manhã, nessa comissão. Achamos que foi produtiva, porque recebemos várias sugestões, onde através das comissões, que deverão participar os Parlamentares que estavam presentes, para que possamos fazer um estudo e elaborar uma condição, para que as micros e pequenas empresas do Paraná e também para que o ICMS possa fazer mais justiça.

A presença dos Senhores Deputados foi valerosa e a dos empresários também. Por isso, a partir de agora, nós, através das sugestões que recebemos, passaremos a elaborar um estudo aprofundado para que esse problema seja resolvido de uma vez por todas. E que possamos dar mais tranquilidade ao empresariado paranaense e ressaltar, aqui, que essa guerra fiscal é injusta. O CONFAZ precisa tomar uma providência imediata para que os governos não se degladiem e não tragam prejuízos às empresas do Brasil.

Portanto, Senhores Deputados, muito obrigado pela atenção, pela participação da manhã. O nosso agradecimento especial ao Deputado Anibal Khury, que teve a sensibilidade de perceber que esse projeto traria um grande prejuízo à pequena e micro empresa, que simplesmente determinou que esse projeto não andasse mais até que uma solução seja tomada.

O Sr. Algaci Túlio

Quero cumprimentá-lo pela condução, hoje pela manhã no plenarinho da Assembléia, da importância da participação dos empresários, dos pequenos e microempresários, de presidentes de associações que se fizeram presentes. Acho que foi em boa hora Deputado Edgar Bueno. Há um distanciamento muito grande da classe política e o empresariado de um modo geral. Não sei se por medo, por algum constrangimento, por outros problemas quaisquer que possam existir. Mas, entendo que essa aproximação feita hoje pela manhã, muito embora, o assunto principal que era inclusive a medida contra as posições tomadas pelo Governador Mário Covas, elas já tenham em parte sido superadas. Mas nem por isso, o debate perde a oportunidade, além do que sugestões foram dadas para que a gente possa movimentar a bancada Federal, no que diz respeito à reforma tributária.

Acho que isso é importante quando a Assembléia faz esse tipo de debate. Valoriza a Casa, valoriza a ação do Parlamentar, e chama a atenção para a sociedade, para mostrar que essa Casa não vive apenas do plenário, mas vive das suas comissões internas, das suas comissões extraordinárias que ela realiza, para debater assuntos do interesse do Estado do Paraná. Nós demoramos para reagir contra São Paulo, não tenho a menor dúvida, foi preciso que Minas Gerais tomasse posição, que Santa Catarina tomasse posição, que Rio Grande do Sul tomasse posição, para que o Paraná depois tomasse uma posição, não fosse uma ação individual da Associação dos Empresários da Cidade Industrial.

É preciso deixar mais uma vez patente - O Paraná não é mais 5ª Comarca de São Paulo. Por isso, não temos mais que nos amedrontar das decisões tomadas pelo Governo Paulista.

Parabéns!

O SR. EDGAR BUENO

Deputado Algaci Tulio, foi importantíssima a sua participação nesse debate, principalmente pela manhã, quando realizamos as reuniões das Comissões. O Legislativo tem compromisso, tem obrigação até de orientar o governo nos seus deslaminhos e fazer com que a gente possa contribuir. Afinal de contas, fomos eleitos para representar a população como um todo logicamente queremos o desenvolvimento desse Estado, queremos que as empresas estejam fortalecidas e o Paraná sempre foi um grande exemplo da federação. Queremos que, apesar das dificuldades que vive o Governo do Estado, apesar do déficit que hoje se estima e se divulga em torno de dois bilhões e trezentos milhões de reais, são dificuldades momentâneas, que nós queremos superar e fazer com que o Paraná

continue andando como sempre foi esse grande exemplo da Federação Brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de trazer à discussão na tarde de hoje e pedir a esta Presidência e aos Parlamentares desta Casa, que nós procedêssemos na Comissão de Constituição e Justiça, um amplo debate sobre esse projeto de minha autoria, que tramita aqui nesta Casa, que é o Projeto de Lei nº 168/99, apresentado em abril deste ano, que dispõe sobre a inspeção técnica de veículos automotores do Estado do Paraná e adota outras providências. Por que isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares? Estamos ouvindo aí uma discussão nacional inclusive a respeito da questão da inspeção técnica veiculada. O Código Nacional de Trânsito, determinou que veículos com mais de três anos tenham que ter uma inspeção técnica ano a ano, para saber se eles podem circular pelas rodovias, pelas ruas da nossa cidade no nosso País.

Quando apresentamos esse projeto, foi vendo que desde a formação do Código Nacional de Trânsito, procurou se privilegiar grupos. E vou lhes mostrar como. Há um artigo, felizmente vetado pelo Senhor Presidente da República, do Código Nacional de Trânsito que dizia o seguinte:

“Art. 104 - Parágrafo 1º: Os órgãos e entidades executivas de trânsito poderão credenciar entidades idôneas e de reconhecida capacidade técnica, excluindo-se aqueles que desempenham atividades de comércio de veículos, autopeças, manutenção e reparos de veículos, para realizar a inspeção na forma e condições determinadas pelo CONTRAN.”

O que quer dizer isso? O CONTRAN nacionalmente poderia escolher uma empresa de amigos, de companheiros e contratar para proceder a inspeção veicular no Brasil em qualquer estado da Federação. São todos os veículos que transitam nas estradas e nas rodovias do país. Com mais de três anos, os veículos deverão fazer anualmente a inspeção e pagar. Os preços variam entre 50, 60 reais por veículo.

O que diz o nosso projeto no seu Artigo 2º Parágrafo 3º - “A execução dos serviços de inspeção técnica de veículos do estado do Paraná será transferida aos municípios que manifestarem interesse. A transferência que se trata o artigo se dará por convênio que estabelecerá os critérios e responsabilidades na execução do serviço.

§ 2º - Será facultada a formação de consórcios entre os municípios para os fins previstos nesta lei.

Art. 4º - No município onde não ocorra a municipalização se serviço de inspeção técnica de veículos, poderá o departamento estadual de trânsito realizar ou conceder, mediante licitação a terceiros, ou ainda transferi-lo ao município ou consórcio municipal que manifestem interesse em assumi-lo.

Art. 5º - Ao DETRAN do Paraná caberá planejar, gerenciar divulgar e fiscalizar as ações e sistema implantado.”

E diz além, respeitando a lei nacional que “do valor cobrado pelo serviço de que trata essa lei, parte será destinado ao Fundo Nacional de Segurança de Trânsito e parte aos órgãos executivos de todo o Estado do Paraná, a saber: 5% para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito e 10% para o Órgão Executivo de Trânsito do Estado do Paraná.”

Fiz questão de não colocar nenhuma destinação nos 10% que caberia ao DETRAN do Paraná, exatamente para possibilitar que, em uma discussão neste plenário com os órgãos do Governo e com os Deputados se possa, nesses 10%, determinar para entidades, para empresas que estejam necessitando de recurso. A exemplo, e porque não, daquilo que tenta hoje o Governador Jaime Lerner que esse recurso seja para Ciência e Tecnologia. Basta uma emenda parlamentar qualquer e poderemos desempenhar 10% para o Fundo de Ciência e Tecnologia.

Quero chamar a atenção aqui, no momento em que os municípios estão à beira da falência. No momento em que as comunidades não conseguem mais manter os ônibus de transporte escolar. Estamos permitindo que os órgãos nacionais de trânsito façam uma concorrência em Brasília e determinem uma empresa para fazer essa inspeção veicular no nosso Estado ou em qualquer Estado do Brasil. Quando podemos trazer para os municípios uma arrecadação a mais, ele que é o responsável, inclusive, pelo problema de trânsito dentro da sua área de jurisdição.

Para que possamos entender o que isso representa, o que esse projeto representa em termos de interesse de “lobbies” poderosos que estão atrás disso, o Estado do Paraná se me parece, e eu consultaria algum Parlamentar que soubesse, mas, o Estado do Paraná, tem aproximadamente 4 milhões de veículos, a 50 reais, o preço médio que deverá se cobrado por essa inspeção veicular são 200 milhões de reais ano, a arrecadação desse recurso de inspeção técnica veicular.

Ora, por que não permitir que os municípios façam isso? Por que não permitir que um município menor estabeleça o consórcio municipal? Por que é

que Pato Branco não pode fazer um consórcio, com Itapejara, com Vitorino, com Bom Sucesso, com cinco ou seis municípios? É tão fácil parcelar para o município o que lhe cabe, porque pelo emplacamento, no município se saberia quanto coube nesse percentual a cada um dos municípios. Teríamos lá, um recurso de tantos que são tirados dos municípios, alguma coisa se faça para devolver a capacidade de sobrevivência municipal.

Vejo, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que se não tivermos coragem de apontar e enfrentar as normas federais, de batermos na mesa em defesa do sistema federativo, vamos acabar transferindo para os estados e municípios única e exclusivamente, as responsabilidades. E o plano federal acaba arrecadando o dinheiro e nos tornando cada vez mais necessitados e miseráveis.

Esta aí o exemplo do imposto do cheque, que tira de circulação a cada cheque, emitido no Estado ou no município pelo cidadão, o recurso considerado que vai para a União, em nada ajuda os municípios.

Via o Deputado Braz Palmas, preocupado com o acampamento na frente do Palácio.

Veja bem, o Paraná tem hoje a maior quantidade de terras invadidas e, o Paraná recebeu 20 milhões de auxílio, da Reforma agrária. O rio Grande do Sul recebeu 24 milhões o Pará recebeu 37 milhões.

Ora, está faltando para nós esse tão falado, decantado paranismo, que seja posto em prática. Nós não podemos única e exclusivamente chamarmos de Vossa Excelência, que tem que ser chamado à realidade.

O Paraná precisa assumir posições claras em defesa dos seus interesses em todas as circunstâncias.

Não quero misturar assuntos a esse projeto, mas em outras oportunidades poderemos falar sobre outros assuntos. Agora, não é possível, no instante que se está discutindo a questão de como vai se tirar mais dinheiro do dono do veículo, que já teve 60% de alta no combustível, já foi penalizado com pedágio nas estradas, vai ter que pagar mais um imposto de inspeção veicular. Isso na base do município do território e esse recurso vai para os cofres da União, ou sabe-se lá para quê.

Então, acho que é hora, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de esta Casa, votar este projeto, convocar o apoio das Associações municipais, dos prefeitos municipais, votar esse projeto e sancionado tomá-lo nas mãos e ir aos Órgãos de Trânsito Nacional e dizer o seguinte: - O Estado do Paraná, cumprindo toda a legislação federal, do Código Nacional de Trânsito vai regulamentar a matéria. Mas, vai regulamentar pelo seu órgão

autônomo que é responsável pela expedição do Certificado de Propriedade do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei 11.800, de 10 de julho de 1997. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J..

EMENDA ADITIVA

SÚMULA:

"Inclua-se no projeto de lei que dispõe sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei 11.800 de 10 de julho de 1997, o art. 3º com a redação a seguir exposta".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, submete à apreciação do Plenário desta Casa de leis, Emenda Aditiva, ao Projeto de Lei nº 223/99 que passa ter a seguinte redação:

Art. 2º - Estão excluídos dos benefícios desta lei os débitos oriundos de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo ou fraude que, comprovadamente, em ação própria, transitado em julgado, tenham beneficiado as próprias empresas ou seus sócios.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.99.

(a) NEIVO BERALDIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 223/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo outorgar competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997.

O projeto recebeu duas emendas de plenário, a nº 01, de autoria do Deputado Caíto Quintana e a nº 2, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, apresenta parecer contrário às emendas de plenário, e para melhor contribuir com a proposição, apresenta mais emenda aditiva ao projeto, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Hermas Fonseca, Antonio C. Belinati, Moysés Leônidas, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Beto Richa, Pastor Edson Praczyk.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, está chegando à Mesa um requerimento por nós apoiado, de iniciativa do Deputado José Maria Ferreira, Presidente da Comissão de Finanças, pedindo que esse projeto e as emendas que a ele foram apresentadas, possam ser enviadas à Comissão de Finanças para que também ela possa opinar, já que se trata de assunto financeiro, parcelamento do ICMS, além do que, Sr. Presidente, na verificação que estamos fazendo, a Comissão de Justiça, ao analisar a Emenda nº 1, do Deputado Caíto Quintana e Emenda nº 2 do Deputado Valdir Pugliesi, ambas devidamente apoiadas, opinou pela rejeição das mesmas e afirma também o seguinte, que apresenta parecer contrário às emendas de plenário e para melhor contribuir com a posição, apresenta mais emenda aditiva ao projeto em anexo.

Depreende-se, pelo relato feito pelo Deputado Carlos Simões, na Comissão de Justiça, no dia 10-08, que esta emenda apresentada fosse emenda da Comissão de Justiça. No entanto, o que a gente encontra anexo ao projeto, é uma emenda aditiva de

autoria do Deputado Neivo Beraldin que não tem nenhuma autuação quanto ao seu recebimento pela Comissão de Justiça, nem a data em que foi apresentada, suscitando algumas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

As duas emendas foram registradas, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi e Neivo Beraldin. Só há uma emenda que já tem parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A emenda do Deputado Caíto Quintana permanece. A do Neivo Beraldin e Waldyr Pugliesi foram retiradas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vou submeter a votos o projeto.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação a Emenda do Deputado Caíto Quintana com parecer contrário.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer, conservem-se como estão.

Aprovado. **Rejeitada a Emenda.**

Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Renovação Carismática de Curitiba - ARCC, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Saúde Mental, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Jacarezinho. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Em votação a Emenda. Aprovada.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 068/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Verner Artur Conrado BarthelMESS. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14, de 15.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 68/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Verner Artur Conrado BarthelMESS.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acresce inciso XIV ao Art. 249, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná) e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acresce inciso XIV, ao art. 249, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná) e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada

encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 80, de 24.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 359/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda aditiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 359/99

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Clube do Peão de Rodeio de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 375/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Peão do Rodeio de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Maringá - ASUMAR, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 380/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1513 e 1514, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento nº 1673, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1719 e 1737, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1721 e 1722, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1723, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1724, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1728 a 1731 e 1736, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1732, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kiele, constante do expediente. **Encaminhar na forma do requerido.**

Requerimento nºs 1733 a 1735, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Presidente, deixei na Mesa um requerimento em relação ao Projeto 223/99 porque ele não foi à Comissão de Finanças. Tive que me ausentar por um momento e o requerimento não foi submetido à apreciação e é importante que a Comissão de Finanças de parecer a este projeto porque ele trata efetivamente das finanças do Estado do Paraná.

Então, gostaria de ter a reconsideração de Vossa Excelência para que este projeto pudesse voltar à Comissão de Finanças e lá pudesse ser submetido à apreciação da mesma.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

Infelizmente a Mesa não poderá determinar que o projeto vá à Comissão de Finanças porque já foi votado. Mas a Mesa deu explicações ao Deputado Pessuti que duas emendas que não tinham parecer foram retiradas do projeto e outra com parecer contrário foi votada. Então, não posso atender ao apelo de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, independente das emendas, este é um projeto que regimentalmente deveria passar pela Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Estou de acordo com V. Exa., mas ele já foi votado em 2ª Discussão e infelizmente não posso determinar que ele vá à Comissão de Finanças.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Queria reinterar o convite aos Senhores Parlamentares, porque amanhã faremos uma homenagem aos Policiais Militares pelos 145 anos de

instalação do Comando Militar no nosso Estado. Quem puder estar presente será um prazer. Estarão todos os Coronéis do Estado, das suas regiões, nesta homenagem da Assembléia que nos últimos 5 anos não se faz aos Policiais Militares.

O SR. PRESIDENTE - (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 182, 277, 293 e 315/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 274 e 363/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 068, 328, 359, 375 e 380/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 437/96, 143/97, 163/97 e 194/99.

Convido ainda os Senhores Deputados para assistirem a Sessão Solene em Comemoração ao 145º Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, quinta-feira, dia 12, às 15:00 horas.

Levanta-se a sessão.